

O Bairro do Arco do Cego: Paradigmas e Contradições

Marieta Dá Mesquita
Professora Auxiliar da F.A.U.T.L.
marieta@fa.utl.pt

Introdução

O presente artigo pretende evidenciar algumas das perspectivas defendidas por arquitectos que participaram activamente na concepção e execução do projecto do Bairro Social do Arco do Cego em Lisboa.¹

Iniciativa inaugural no panorama da habitação operária lisboeta², este projecto de construção de um grande empreendimento residencial constitui-se como lugar de experimentação de métodos de planeamento urbano, de materiais e sistemas construtivos e de linguagens e tipologias arquitectónicas.

A intervenção em destaque, localizada na capital do Império, define um cenário onde contracenaram diversos programas de habitação social que reflectem universos culturais e políticos distintos: a utopia operária republicana e o bairro residencial burguês inscrito nos valores formais e ideológicos do Estado Novo.

Para além da proposta de uma “cidade regrada” onde se ensaia um programa urbano de grandes dimensões e em que os equipamentos de lazer se articulam com espaços verdes e unidades de habitação, assiste-se a um *confronto* entre formas de representação e de apropriação do espaço doméstico que reflectem, de forma subtil, as diferentes visões dos projectistas intervenientes, como se de um microcosmos das tendências da arquitectura portuguesa se tratasse.

A legibilidade das tendências implícitas não é revelável de forma imediata pois os processos de metamorfose sofridos pelo conjunto urbano imprimiram uma opacidade definitiva, tanto ao projecto inicial como ao ideário subjacente. O diálogo conceptual, estético e formal, porventura travado entre Arnaldo Adães Bermudes (1864-1948) e Edmundo Tavares (1892-1983), parece corporizar, de forma exemplar, duas atitudes face aos modelos a aplicar à habitação operária dentro de uma atmosfera de ambiguidades e contradições.³

¹ Uma versão mais completa será publicada no Catálogo da Exposição “A Casa Portuguesa”.

² “Somente com a I República foi possível o Estado lançar-se também na construção de Bairros. É assim que são iniciados, em 1918, os Bairros Sociais da Ajuda e do Arco do Cego. Planeados com empenho e certa grandiosidade, introduzem uma tipologia nova no tecido da cidade. Pretende-se evitar aqui o carácter lúgubre, típico dos bairros operários, constituídos por monótonos alinhamentos de casas uniformes e sem adornos. Por isso se projectam tipos variados, se enriquecem as fachadas e se prevêem edifícios de intervenção colectiva”, Nuno Teotónio Pereira, “Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”, in *Análise Social*, Quarta série, Vol. XXIX, nº 127, 1994 – 3º, p. 522.

³ “Ces diverses formes de l’eclectisme du XXe siècle suscitent le même débat que ceux qui ont été à l’origine de sa fondation et de son développement: un débat technique pour maîtriser les ressources de la construction et exploiter toutes les innovations technologiques, un débat sur l’histoire pour inscrire l’architecture moderne dans une culture à laquelle s’identifie le public, et un débat politique, évidemment, auquel se rattachent implicitement les deux précédents. (...) Comment ne pas considérer les débats sur le logement social, la réglementation du travail ou l’apprentissage comme l’une des participations concrètes des architectes aux diverses formes de réformisme social?”, Jean-Pierre Épron, in *Comprendre L’Éclectisme*, Paris, Norma, 1997, p. 307.



Fig. 1 Perspectiva Geral do Bairro do Arco do Cego (Abril de 1919). AML, AAC

Adivinha-se o confronto entre diferentes paradigmas que se materializam em duas formas de pensar e fazer arquitectura distintas: a perspectiva *progressista*, internacionalista e filantrópica, perfilhada por Adões Bermudes e a abordagem *tradicionalista* defendida por Edmundo Tavares, arauto activo dos valores estéticos e compositivos do estilo nacional, inscrito numa corrente marcada pela afirmação dos valores lusos e programas de habitação convencionais.

O Bairro do Arco do Cego

Desde o último quartel do século XIX que se assistia a um conjunto de contributos⁴ que procuravam responder às necessidades de alojamento do operariado, que afluía aos núcleos urbanos em resposta ao arranque do processo de industrialização⁵. Todavia, é durante a 1ª República,⁶ particularmente durante o consulado sidonista, que surgem os mecanismos jurídicos e as condições materiais⁷ que permitiram definir e regulamentar os programas da habitação operária. Os pressupostos que estariam na base da criação de melhores condições de vida e de alojamento aparecem sintetizados no preâmbulo do Decreto nº 4137 de 24 de Abril de 1918:

*"As questões sociais, interessando principalmente as classes proletárias, são hoje de palpitante actualidade em todos os povos cultos. Os Parlamentos e homens de estado das nações mais adiantadas da Europa e da América consagram os máximos esforços a estudar os melhores processos de debelarem as causas de descontentamento e de miséria dos mais infortunados. Uma dessas questões e da maior importância é a que se destina a conseguir a construção em grande escala das casas económicas, com todas as possíveis condições de conforto, independência e higiene, destinadas principalmente nas grandes cidades aos que, por carência de recursos materiais, têm sido obrigados até agora a viver em residências infectas, sem luz nem ar, e por isso gravemente nocivas à saúde das que as habitam".*⁸

Apesar do preâmbulo contemplar duas opções tipológicas (a moradia e os blocos plurifamiliares) enfatiza, de forma iniludível, o valor da casa de uma só família, envolvida por um logradouro ou espaço ajardinado⁹. Dentro deste contexto de renovação e de reforma social, surge a proposta de construção de sete bairros operários: dois no Porto (Quinta da Granja de Cima e Bairro Sidónio Pais), um na Covilhã (não especificado) e quatro em Lisboa (Ajuda, Alcântara, Arco do Cego e Braço de Prata)¹⁰. A edificação do Bairro Social do Arco do Cego inicia-se em 1919¹¹, tendo sido lançada a primeira pedra em cerimónia ocorrida em 27 de Abril¹², assinalando a imprensa da época a sua importância e singularidade nos seguintes termos:

"Foi uma festa deveras importante a cerimónia do primeiro pau de bandeira no bairro social do Arco do Cego (...) vasto trato de terreno que breve será habitado, pois que se trabalha por erguer nada menos de 3000 habitações (...) Como se vê olhando o plano geral do bairro ele tem tudo

4 "A questão de se encontrarem soluções para as graves situações do alojamento operário (...) foi objecto de debate que se foi pouco a pouco alargando ao último quartel do século XI/X e nos primeiros anos deste século (...). Para além de Ricardo Jorge (...) o conselheiro Augusto Fuschini que várias vezes levantou a questão no parlamento, os engenheiros Oliveira Simões e Augusto Montenegro, que dirigiu os primeiros inquéritos à habitação em Lisboa, o romancista Fialho de Almeida e Guilherme de Santa-Rita são os principais arautos deste debate", Nuno Teotónio Pereira, "Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário", in *Análise Social*, Quarta série, Vol. XXIX, nº 127, 1994 - 3º, p. 509.

5 Cfr. Manuel Vilaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

6 Cfr. projectos de lei de 26 de Fevereiro de 1914 de Tomás Cabreira e de 20 de Agosto de 1915 de Francisco Sales Ramos da Costa, ambos rejeitados.

7 "A 26 de Abril de 1919, o Decreto nº 5443 autorizava o governo a negociar com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 10.000 contos destinados à construção de cinco bairros operários", Maria Júlia Ferreira, "O Bairro Social do Arco do Cego - uma aldeia dentro da cidade de Lisboa", in *Análise Social*, Quarta série, Vol. XXIX, nº 127, 1994 - 3º, p. 700.

8 In *Diário de Governo*, nº 77, I Série.

9 "(...) pequenas vilas de teor semi-rural, dentro da mentalidade ainda provincial e naturalista dos governantes da I República - que o regime seguinte de resto perfilharia", José Augusto França, in *A Arte em Portugal no Século XX*, Lisboa, Bertrand, 1991, p. 119.

10 Cfr. Maria Júlia Ferreira, "O Bairro Social do Arco do Cego - uma aldeia dentro da cidade de Lisboa", in *Análise Social*, Quarta série, Vol. XXIX, nº 127, 1994 - 3º, p. 700.

11 "No dia 26 de Abril de 1919, seria lavrada a escritura de compra da Quinta das Cortes, (...) onde funcionaram os serviços de Administração dos Bairros Sociais", Decreto nº 11174 de 23 de Outubro de 1925.

12 "Aos vinte e sete dias do mês de Abril de mil novecentos e dezanove nesta cidade de Lisboa e Quinta das Cortes, ao Arco do Cego, freguesia de Arroios, compareceram o Excelentíssimo Senhor João do Canto e Castro Silva Antunes, Presidente da República Portuguesa - Ministros - Governador Civil- Membros da Comissão Administrativa da Câmara

Municipal de Lisboa e mais pessoas representando diversas colectividades todas no fim assinadas, afim de se proceder à colocação da primeira pedra fundamental deste bairro, edificio da Casa do Povo a que se refere o decreto numero cinco mil trezentos e noventa e sete de catorze do corrente mês", Cópia do Auto da Colocação da Pedra Fundamental do Primeiro Bairro Operário de Lisboa, ACML/AC, Doc. avulso sobre o Bairro Social.

13 In *A Ilustração Portuguesa*, II Série, nº 746, Lisboa, 07/06/1919, p. 41.

14 "Artigo 1º - A Administração da construção dos Bairros Sociais fica a cargo de um Conselho de Administração, autónomo, auxiliado por um Conselho Técnico e pelas Comanditas." Portaria Nº 1762, in *Diário do Governo*, I Série, Nº 91, 28 de Abril de 1919.

15 "Artigo 3º O bairro estará concluído no fim do ano económico de 1919-1920", Decreto no 5397, in *Diário do Governo*, I Série, nº 77, 14 de Abril de 1919.

16 "Les philanthropes savent bien (...) que la sociabilité de cette classe se trouve souvent hors de l'habitation, dans les espaces intermédiaires entre la rue et le logement. Aussi tentent-ils de remplacer par des pratiques, et des lieux acceptables", Monique Eleb e Anne Marie Debarre, in *L'invention de l'habitation moderne*, Paris, Éditions Hazan, 1995, p. 94.

17 Relatório da comissão de técnicos dos Bairros Sociais sobre a avaliação dos projectos, in *Diário do Governo*, II Série, Nº44, 21 de Fevereiro de 1925, p. 555.

18 A primeira proposta de implantação pressupunha uma área vasta, que acarretava um programa complexo de expropriações: Quinta das Cortes já expropriada, 111 m² 2,029; idem nº2; Quinta da Palmeira, propriedade de António da Costa Dias Ferrão, área a expropriar 4830 metros quadrados; idem nº3; Quinta da Marquesa, propriedade de Pinto & Sotto Maior, área a expropriar, 8338 metros quadrados, idem nº 4; Quinta de S. João, propriedade dos Condes da Guarda, área a expropriar 69510 metros quadrados, idem nº5; Quinta da Assunção, propriedade de Hermenegildo de Mendonça, área a expropriar, 10331 metros; idem nº 6; Quinta do Fole pertencente a D. Maria da Natividade Campos, superfície a explorar, 989 metros quadrados; idem nº 7: Quinta da Ermida, pertencente a António Augusto Gonçalves, área a expropriar cerca de 17681 metros quadrados; idem nº 8, Quinta do Manique, propriedade de D. Joana Maria Clementina, superfície a expropriar 2171 metros quadrados", in *Expropriação de terrenos para o Bairro do Arco do Cego*, II Série, nº 301, 27 de Dezembro de 1919.

o que uma pequena vila é, não lhe faltando sequer a Casa do Povo, com a sua biblioteca, o club e o teatro. As construções alinham-se elegantemente e só há a temer que os burguezes se façam operários para disfrutarem as vantagens de ali morarem porque é da velha sabedoria que quem não mora não vive e quem vive mal é porque habita bem."¹³

O projecto seria atribuído a uma Comissão Técnica¹⁴, estando a sua conclusão prevista para finais do ano civil de 1920¹⁵. O novo empreendimento seria implantado na Quinta das Cortes, situada entre duas vias de saída da cidade de Lisboa: a estrada do Arco do Cego e a estrada das Amoreiras. O plano geral apresentava uma malha ortogonal com hierarquização de vias e simetria em relação a um eixo principal de marcação Norte/Sul, sendo o ponto de intersecção assinalado pelo *Teatro-Circo-Biblioteca*, edificio monumental e emblemático do modelo de urbanidade que se pretendia realizar¹⁶.

O projecto previa uma área total de 243.900 m²¹⁷, com um programa que contemplava: 140.810 m² para arruamentos e campos de jogos; 20.090 m² destinados a equipamentos colectivos (Teatro-Biblioteca, Restaurante, Hospital, Escola, Balneário, Edifício Administrativo, Correio e Telégrafo) e 83.000 m²¹⁸ reservados a edificios de habitação uni e plurifamiliares¹⁹ e ateliers de artistas²⁰. Priorizavam-se, portanto, os espaços públicos e de lazer²¹ como territórios de vivência e de sociabilidade. Destaque-se a descrição do Teatro-Biblioteca e do Restaurante:

"No plano geral do Bairro do Arco do Cego (...), datado de Abril de 1919, figura a indicação de um edificio para teatro-club e biblioteca contando-se com a área de 2:100 metros quadrados.(...) Compõe-se o edificio projectado de um corpo central de forma circular com quatro corpos avançados, dispostos segundo dois diâmetros perpendiculares".²²

"De entre os edificios projectados (...) avulta o destinado a Restaurante-Cozinha-Armazém. Com um enorme salão de 1/313 metros quadrados de superficie, duas grandes salas de 90 metros quadrados cada uma, uma outra sala de 55 metros quadrados, oito gabinetes tendo uma área total de 240 metros quadrados e ainda uma galeria assente sobre consolas, contornando o grande salão e tendo a área de 279 metros quadrados ou seja na totalidade da área 2064 metros quadrados de pavimentos (...) sendo a lotação superior de 1.900 pessoas (...) Consta que se pretendia dispor as cousas por forma a serem fornecidas no restaurante as refeições de toda a população do Bairro".²³

A diversidade de soluções espaciais e distributivas no domínio específico da arquitectura residencial pretende dotar este conjunto urbano de soluções que possam responder a diferentes utilizadores, quer em termos da composição do agregado familiar, quer em termos das condições financeiras e profissionais dos seus destinatários.

Arnaldo Adães Bermudes

Arnaldo Adães Bermudes, arquitecto dotado de uma vasta experiência projectual²⁴, foi o coordenador principal da *proposta inaugural* para este conjunto urbano.²⁵ O projectista demonstrou desde cedo um interesse evidente pela habitação operária²⁶, materializado no *Projecto para a organização d'uma sociedade promotora de habitações económicas destinadas às classes laboriosas e menos abastadas*²⁷, publicado em 1897.²⁸

A sua concepção da "cidade operária", corporizada na *Memória Descritiva do Bairro Económico Modelo*²⁹ e no desenho geral que a precede, assentava num programa urbano em que os edifícios de habitação com tipologias variadas procuravam quebrar a monotonia formal presente nos programas habitacionais das vilas e pátios:

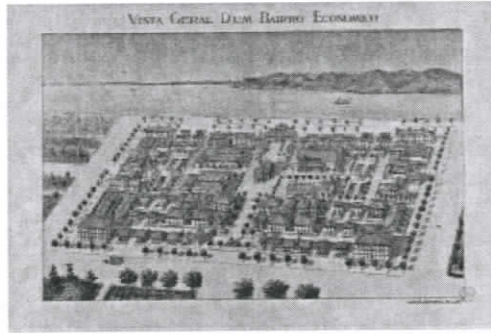


Fig. 2 Vista Geral D'um Bairro Económico, in *Projecto para a Organização D'Uma Sociedade Promotora de Habitações Económicas Destinadas às Classes Labriosas*, Lisboa, Bertrand, 1897, p. 10

*"Vem a proposito dizer aqui, que evitamos fazer grupos de mais de seis casas eguaes, por isso que condenamos absolutamente, em nome da moral e da esthetica, certos bairros construidos por empresas tendo apenas em vista a exploração e que se compõem de longas ruas de casas enfileiradas de um tipo único."*³⁰

A proposta de Bermudes apresentava três categorias de edifícios de habitação: as *casas independentes*³¹, as *colectivas*³² e as *especiais*³³, que se desmultiplicavam em vários tipos, consoante a dimensão do agregado³⁴ e as suas condições económicas.

A primeira categoria apresenta três tipos – *casas isoladas*³⁵, *casas agrupadas*³⁶ e *casas contíguas em alinhamento*³⁷, destinadas a famílias operárias; a segunda categoria, por outro lado, destaca apenas um tipo: *"Este grupo comprehende dois vastos hoteis de tres pavimentos, com 32 quartos independentes em cada um dos hoteis, que são respectivamente destinados a celibatarios de ambos os sexos"*³⁸; finalmente, a última categoria releva três tipos: *casa isolada genero Chalet*³⁹, *casa geminada*⁴⁰ e *casa isolada, genero Cottage*⁴¹, destinadas a funcionários médios: *"(...) estas habitações, um pouco mais luxuosas, embora economicas ainda, e ao alcance d'um pequeno empregado ou chefe de officina"*⁴². Os modelos formais e distributivos presentes nos vários tipos de habitação reflectem vocabulários plurais e soluções espaciais e distributivas diversificadas⁴³, porventura decorrentes da *experiência parisiense* do arquitecto português⁴⁴, bem como do seu contacto com outros modelos europeus.⁴⁵

19 "Nos projectos entregues e em execução há casas de dois tipos diferentes: o individual (tipos B, D,E,F, G e H), e os de vários inquilinos, no máximo seis, servidos pela mesma escada (tipos C,I,J,K,L,M,N,O e P) que se assemelham muito aos prédios de rendimento que estão construídos em Lisboa, mas sendo muito diferentes das grandes casas colectivas", Relatório da comissão de técnicos dos Bairros Sociais sobre a avaliação dos projectos, in *Diário do Governo*, II Série, nº 44, 21 de Fevereiro de 1925, p. 542.

20 "As casas de tipo F diferem das outras em ser toda a área do 1º andar abrangidas pelo atelier para artistas, o terem uma galeria com o pé direito de dois metros e com a área de 5 m², 7575", Relatório da comissão dos técnicos dos Bairros Sociais sobre a avaliação dos projectos, in *Diário do Governo*, II Série, nº 44, 21 de Fevereiro de 1925, p. 546.

21 "L'originalité des classes populaires urbaines réside dans ce fait que leur réseseau familial ne s'inscrit ni dans la clôtüre d'un intérieur. Pourtant le double désir d'un lieu et d'un espace à soi s'affirme avec une force grandissante dans la seconde moitié du XIX eme siècle. Être libre, c'est d'abord avoir le choix de son domicile", M. Perrot, in *Histoire de la vie privée. De la Révolution à la Grande Guerre*, Vol. IV, Paris, Ed. du Seuil, 1987, p. 316.

22 Relatório da comissão de avaliação dos Bairros Sociais sobre a avaliação dos projectos, in *Diário do Governo*, II Série, nº 44, 21 de Fevereiro de 1925, pp. 552-553.

23 Relatório da comissão de avaliação dos Bairros Sociais sobre a avaliação dos projectos, in *Diário do Governo*, II Série, nº 44, 21 de Fevereiro de 1925, p. 556.

24 Cfr. Maria Calado, *A Cultura Arquitectónica em Portugal 1880-1920 - Percurso e obra dos principais intervenientes*, Diss. Dout., FA/UTL, 2003, Vol. II, pp. 54-61.

25 "Existe (...) uma perspectiva aérea de uma ambiciosa proposta para o Bairro Social (...) cujo primeiro signatário é Adães Bermudes. (...) A associação do desenho ao projecto BSAC foi inclusivamente praticada pela "Ilustração Portuguesa" de 07-06-1920 que noticiava a cerimónia do "Pau de Fileira" do primeiro prédio do arco do Cego", in Orlando Seixas de Azevedo, *Bairro Social do Arco do Cego: uma Ética, uma Estética, uma Poética*, Diss. Mestrado, FA/UTL, 1998, pp. 27 e 30.

26 Cfr. 1º Congresso Internacional de Casas Económicas em 1889 e todas as directrizes daí decorrentes.

27 "O primeiro bairro a crear, e do qual tenho a honra de apresentar a Vossa Magestade (Rainha D. Amélia), desde já, os projectos das suas numerosas construcções, seria inaugurado por ocasião do centenário da Índia e destinado ao alojamento das famílias da classe marítima e piscatória", in *Projecto para a Organização D'Uma Sociedade Promotora de Habitações Económicas Destinadas às Classes Laboriosas*, Lisboa, Bertrand, 1897, p. 10.

28 Cfr. Maria Calado, *A Cultura Arquitectónica em Portugal 1880-1920 - Percurso e obra dos principais intervenientes*, Diss. Dout., FA/UTL, 2003, Vol. II, p. 55.

29 "Em 1897, obtive o 1º prémio, na importância de 1.500 000, no concurso aberto pela comissão Executiva da Índia, para projectos de bairros económicos nas cidades de Lisboa, Porto e Covilhã", MOP, in *Registo Biográfico*, transcrito por Orlando Seixas de Azevedo, Orlando Seixas de Azevedo, *Bairro Social do Arco do Cego: uma Ética, uma Estética, uma Poética*, Diss. Mestrado, FA/UTL, 1998, p. 240.

30 *Memória Descritiva do Bairro Económico Modelo*, in *Projecto para a Organização D'Uma Sociedade Promotora de Habitações Económicas Destinadas às Classes Laboriosas*, Lisboa, Bertrand, 1897, p. 12.

31 *Memória Descritiva*, pp. 54-56.

32 *Memória Descritiva*, p. 56.

33 *Memória Descritiva*, pp. 56-57.

34 A título de exemplo atente-se na descrição das "Casas isoladas Typon° 1 - Casa de dous pavimentos, com sala, tres quartos, cosinha, adega, arrecadação e jardim, para uma família. É o typo mais recommendavel sob o ponto de vista da hygiene", *Memoria Descritiva*, p. 54.

35 Corresponde às casas tipo 1, *Memória Descritiva*, p. 54.

36 Corresponde às casas tipo 2, 3 e 4 *Memória Descritiva*, p. 54.

37 Corresponde às Casas tipo 5, 5A, 6 e 6A, *Memória Descritiva*, p. 55.

38 *Memória Descritiva*, p. 56.

39 *Memória Descritiva*, p. 57.

40 *Memória Descritiva*, p. 57.

41 *Memória Descritiva*, p. 57.

42 *Memória Descritiva*, p. 57.

43 "Des architectes vont alors, au contraire, chercher à diversifier les appartements à louer. Les habitants étant tous différents, il faut donc leur proposer une certaine variété de choix pour multiplier les chances de

Este organigrama tipológico, visando sistematizar e hierarquizar um conjunto de edifícios residenciais destinados ao operariado e a pequenos funcionários, inscreve-se num programa urbano⁴⁶ onde estão também contemplados os equipamentos e espaços lúdicos: *Cooperativa de alimentação*⁴⁷; *Cooperativa de Mobiliário e de vestuário e Adega Economica*⁴⁸; *Padaria economica*⁴⁹; *Cosinha economica*⁵⁰; *Escolas*⁵¹, *Hospital*⁵², *Banhos e lavadoiros publicos*⁵³; *Igreja*⁵⁴; *Teatro-club-biblioteca*⁵⁵ e *Cooperativa de produção*⁵⁶; *Estação de Polícia e Incêndios*⁵⁷; *Administração geral do Bairro*⁵⁸.

Nesta medida, o autor, enquadrado porventura no *socialismo utópico*⁵⁹, veicula métodos de intervenção destinados a encontrar soluções concretas para as questões sociais decorrentes da modernidade e da industrialização:

*"Seja este o nosso modesto trabalho o tosco e humilde bloco que sirva de alicerce ao nobre monumento que, para sua propria honra e para honra da civilização, devem ajudar a erigir todos aquelles que tenham a aquecer-lhe o coração e a iluminar-lhes o espirito um ideal de paz e de fraternidade, um ideal de progresso e de soberana justicia".*⁶⁰

Edmundo Tavares

Adões Bermudes foi afastado do projecto ainda no ano do seu arranque⁶¹, tendo os outros elementos da equipa, Frederico de Carvalho (1889-1976) e Edmundo Tavares, adoptado um papel mais activo. Este último, todavia, assumiu um maior protagonismo⁶².

A escala, a complexidade do programa e os custos de produção do empreendimento do Bairro Social do Arco do Cego, associados a uma conjuntura política coincidente com os finais da República Fraca, conduziram a um abrandamento das obras e a um gradual esvaziamento dos seus conteúdos conceptuais, estéticos e sociais. A implantação da Ditadura Militar em 1926, bem como as novas directrizes impostas pelo regime iniciado em 1933, imporiam a este "bairro" novas formas de ocupação⁶³ e outros objectivos⁶⁴.

O Estado Novo iria desvirtuar o sentido global do Bairro, reduzindo substancialmente a sua área de implantação e suprimindo ou reconvertendo os equipamentos colectivos⁶⁵ propostos no plano originário. Veja-se, a título de exemplo, a implantação do futuro Liceu D. Filipa de Lencastre,⁶⁶ que aproveitou os caboucos do Teatro e do Mercado, equipamentos inicialmente previstos em 1919.

Em paralelo, foi adoptada a moradia unifamiliar como paradigma definitivo da habitação e suporte da família:⁶⁷

“Grandes falanstérios, as colossais construções para a habitação operária, com os seus restaurantes anexos e mesa comum. Tudo isso serve para encontros casuais da vida, para as populações já semi-nómadas da alta civilização actual; para o nosso feitio independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada, nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família”.⁶⁸

Com efeito, surge uma nova visão da habitação social⁶⁹ que se aplicaria, de modo integral, aos novos empreendimentos. Estes dirigem-se agora, não ao operariado mas à classe média. Estabelece-se uma nova relação entre o utente e o espaço habitado⁷⁰ pela inversão da relação proporcional entre espaços público e privado, pela abolição dos blocos plurifamiliares em favor das moradias para uma só família e pela supressão dos espaços comunitários de teor lúdico.⁷¹

Edmundo Tavares, o arquitecto responsável pelo projecto após o afastamento de Adães Bermudes, partilha dos códigos definidos pelo ideário da “casa portuguesa”, corrente com que se identificou durante toda a sua vida⁷². A sua visão da arquitectura portuguesa moderna encontrou eco na perspectiva tradicionalista ditada pelo Estado Novo.

Assim, foi minimizada a influência progressista do projecto inaugural pela promoção de alterações significativas à sua implementação. Em suma, a visão de Edmundo Tavares enquadra-se, no essencial, na óptica defendida pelo Novo Regime. De acordo com o arquitecto:

“A habitação portuguesa, e a sua arquitectura têm de seguir a competente trajectória, dentro da esfera de influência da Arte Nacional. Nunca, porém, se pretenda sair deste âmbito, pois seria uma deplorável falta de carácter e de consciência histórica, e equivaleria a trair a missão e a finalidade patrióticas. Positivamente, não deve haver receio do tradicionalismo, porque, em boa verdade, ele nunca entrou a marcha da civilização e do progresso. Antes pelo contrário, tenho como certo que ele é o mais prestável património do passado, a maior força construtora do presente, e a mais forte, fecunda e estimulante fonte de inspiração do futuro”.⁷³

Conclusão

Apesar do afastamento de Adães Bermudes na fase inicial do projecto de execução, a sua influência *protomodernista* não pôde ser totalmente diluída em favor da visão *tradicionalista* defendida por Edmundo Tavares pois já tinham sido principiadas diversas construções baseadas no projecto inicial:

“Estavam iniciadas neste Bairro oitenta e seis construções de vários tipos, algumas já em via de acabamento, e outras ainda em fundações, não

location (...) l'architecte fait quelques fois varier, d'un appartement à l'autre, (...) le nombre et la qualité des prestations proposées, comme la surface, le nombre et qualité des pièces, des équipements, etc., pour répondre à différentes structures du groupe domestique: célibataires, ménage, famille avec enfants”, Monique Eleb e Anne Marie Debarre, *L'Invention de L'Habitation Moderne*, Paris, Hazan, 1997, p. 339.

44 Após a conclusão da sua formação na Academia de Belas Artes do Porto em 1886, deslocou-se posteriormente a Paris, tendo frequentado a Escola de Belas Artes de Paris e o atelier de P. Blondel, bem como as Escolas de Arte e Decoração e a Escola Central de Artes e Ofícios.

45 “Adães Bermudes pretendeu lançar (1896) uma sociedade promotora de habitações económicas para as classes menos abastadas, concorrendo no ano seguinte a um conjunto de projectos para Lisboa - moradia unifamiliar ou agrupada - modelo britânico - para o subúrbio operário, não sem os toques de um gosto modernista no tratamento dos vãos e no remate das coberturas”, Nuno Portas, in *História da Arquitectura Moderna*, (coord. B. Zévi), Vol. III, Lisboa, Arcádia, 1973, p. 696.

46 “Este bairro ocupará um terreno rectangular medindo 212 metros por 161 metros, ou seja uma superfície de 38:962 metros quadrados. A proporção entre a parte livre e a construída, entre a altura das casas e a largura das ruas, a orientação d'estas, o espaçamento conveniente de todos os corpos de edificios por ruas, jardins e praças, como se observa no projecto que acompanha este estudo, asseguram ao bairro um provimento abundante de luz, de sol e de ar; portanto condições higienicas absolutamente indispensáveis”, *Memória Descritiva*, p. 49.

47 *Memória Descritiva*, p. 58.

48 *Memória Descritiva*, p. 59

49 *Memória Descritiva*, p. 59

50 *Memória Descritiva*, p. 59

51 “A escola modelo que apresentamos compõe-se de tres corpos de edificios independentes, mas ligados por galerias abertas para commodidade de serviço. No corpo central encontra-se o serviço da direcção, com habitação do director no 1º andar, ladeado pela creche para 14 berços, pouponnato para 25 creanças e pela escola maternal com capacidade para 75. Nos corpos lateraes encontram-se a escola primaria e officina de apprendizagem cada uma para trinta rapazes, da escola primaria e officina de labores, cada uma para trinta meninas (...) O edificio, amplamente provido de ar e luz, completa-se com pateos de recreação, jardim Froebel e gymnasio”, in *Memória Descritiva*, p. 61.

52 Memória Descritiva, pp. 61-62.

53 Memória Descritiva, p.62.

54 Memória Descritiva, pp. 62-63.

55 "Theatro - club, biblioteca e cooperativa de produção [...] O edifício compõe-se de uma vasta sala, podendo conter 500 espectadores, com bilhar café e bufete: palco com camarins e dependências. No 1º andar encontra-se a biblioteca e a sala de leitura", in Memória Descritiva, p. 63.

56 Memória Descritiva, p. 63.

57 Memória Descritiva, pp. 63-64.

58 Memória Descritiva, p. 64.

59 "Qu'il s'agisse du saint-simonisme, du fouriérisme ou de l'owenisme, l'utopie des premières décennies du XIXe siècle n'est réductible [...] aux textes de Saint-Simon, Fourier et Owen. Plus généralement, en même temps qu'ils contribuent à la construction de mouvements collectifs, les socialismes utopiques donnent un sens aux espoirs et à des comportements. Ce n'est qu'après coup que cet éclairage paraît idéaliste aux yeux de ceux qui ont refusé l'alternative offerte par l'utopie [...] La principale contribution de l'utopie à la genèse de la modernité, ce que les socialismes utopiques de la première moitié du XIXe siècle ont à offrir, c'est une nouvelle façon de réguler les relations entre les images et les pratiques collectives", Antoine Picon, in *Les saint-simoniens – raison, imaginaire et utopie*, Paris, Belin, 2003, pp. 27-28.

60 Projecto Para a Organização D'Uma Sociedade Promotora de Habitações Económicas Destinadas às Classes Laboriosas, Lisboa, Bertrand, 1897, p. 12.

61 O arquiteto só se manteria directamente ligado à obra até finais de 1919, tendo sido exonerado por Portaria de 20 de Dezembro e substituído pelo Engenheiro António Emídio Tavares.

62 Frederico Caetano de Carvalho e António Emídio Abrantes tiveram uma intervenção muito mais diluída a que é confirmável não apenas pelo número de projectos com a autoria de Edmundo Tavares, mas principalmente pelos próprios percursos profissionais que perseguiram.

63 "Estes tipos de andares-moradas de algumas das casas do Arco do Cego - embora constituindo adaptação do já posto de parte por anti-económico e anti-social - vai, contudo, permitir que se dê satisfação a alguns casos de instantaneidade, frequentes na classe média." Pedro Teófilo Pereira, Sub-Secretário de Estado das Corporações, Discurso proferido quando da Inauguração do Bairro do Arco do Cego em 10 de Março de

incluindo o número acima neste o Mercado e o Teatro. Todavia, só agora estão quasi concluídos os estudos da rede de esgotos, não se tendo contudo chegado ainda a acôrdo com a respectiva Câmara Municipal sobre este assunto. Parece a esta Comissão que, fazendo o terreno adquirido parte da projectada e estudada ampliação da cidade de Lisboa, o projecto de arruamentos deveria ser estudado juntamente com os técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, e o ante-projecto submetido à sua aprovação. Nada disso se fez, enquistando-se (permiço-se-nos o termo médico), dentro de Lisboa, arruamentos que destoam completamente dos arruamentos da rede da cidade, e que lhes ficam circumvizinhas. (...) Basta dizer que num dos principais arruamentos do Bairro do Arco do Cego há tipos de habitações que deitam para o referido arruamento a sua fachada principal, ao passo que outras deitam para o mesmo arruamento as muralhas dos seus quintais, sem o mínimo vislumbre arquitectónico".⁷⁴

A rivalidade entre as duas propostas é bastante clara. Veja-se o incisivo ataque do Estado Novo à visão progressista apresentada por Adões Bermudes:

"A inauguração do Bairro Social do Arco do Cego merece ficar assinalada na vida do Estado. É conveniente e será certamente útil para o País conhecer a história da administração desta obra, pelo que revela da acção dos governantes e pelos ensinamentos que a todos pode trazer (...) o Bairro custou mais de três vezes o que vale a construção e cerca de cinco vezes o seu valor efectivo e as 40.000 contos gastos até 1926 aparecem representadas no valor da construção apenas em 2.000 contos, isto é, na vigésima parte. Estes os resultados da nova política das casas económicas (...) Quando o País verificar que com a importância gasta nos 482 andares-moradas do Bairro Social do Arco do Cego, fruto da velha política, se constroem 4600 moradas de famílias, fruto do Estado Novo, melhor compreenderá que alguma coisa de novo há em Portugal que merece apoio, franco e vibrante de todos os portugueses".⁷⁵

Todavia, mais do que demonstrar o valor de cada perspectiva (progressista e tradicionalista), é fundamental salientar que ambas contribuíram, de forma significativa, para a criação da identidade do Bairro do Arco do Cego.

A tensão política da época e os paradoxos e ambiguidades dos códigos arquitectónicos ecléticos⁷⁶ contribuíram para a inegável hibridiz da estrutura do bairro, conferindo-lhe uma imagem única no panorama nacional. Assim, é indispensável observar o primeiro bairro operário português como pólo aglutinador e contentor de visões contrastantes que, concedendo-lhe multiplicidade e coesão, revelam a sua inigualável identidade.

1935, In *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, Ano II, Nº 8, p. 187.

64 "A solução dada pelo Estado Novo ao problema das casas económicas - nunca é demais dizê-lo - constitui uma das provas mais seguras da sua política social. Não se constrói ao acaso, buscando efeitos ou adiando a solução de dificuldades. (...) As casas não se alugam, vendem-se. Repudia-se a ideia de blocos gigantescos de habitações numeradas como quartos de hotel; querem-se casas independentes, lares próprios, a cujo fogo se aqueça o amor da família e se robusteçam os laços da vida moral." Discurso proferido quando da Inauguração do Bairro do Arco do Cego em 10 de Março de 1935, In *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, Ano II, Nº 8, p. 188.

65 "O edifício (...) é maior do que a triplíce ocupada pelos edifícios de grande número de teatros de Lisboa, tais como: Trindade, Avenida, Apolo, etc., e maior que a do Teatro Nacional, pouco inferior à do edifício de São Carlos e quase igual à do antigo Coliseu da Rua da Palma. Se atendermos a ter o Politeama acomodações para 2/300 espectadores e ser este um dos teatros mais modernos de Lisboa, e no qual o aproveitamento do espaço foi o mais longe possível, e até que a Grande Ópera de Paris comporta apenas 2/000 espectadores, deveremos concordar que não é justificável a necessidade de tam grande lotação para um teatro privativo dos habitantes das mil moradias independentes a edificar no primeiro bairro operário". Relatório da comissão de técnicos dos Bairros Sociais sobre a avaliação dos projectos, in *Diário de Governo*, II Série, Número 44, Anexo B, 21 de Fevereiro de 1925.

66 Pela sua localização central no interior do Bairro Social do Arco do Cego, o Liceu Filipa de Lencastre impõe-se como equipamento urbano privilegiado, pela diferenciação de escala e de cêrcea em relação à envolvente habitacional edificada. Por um lado, funciona como elemento convergente de uma composição marcada por um eixo de simetria, que também resolve; por outro, vive da interioridade conferida pela homogeneidade do Bairro. O seu desenho revela assim um entendimento notável do espaço urbano onde foi integrado. A entrada cilíndrica reforça a sua exposição linear, que se prolonga pela ocupação do lote, até ao limite do Bairro. O jogo regrado dos volumes, quase puros, evidencia uma aproximação horizontal, hierárquica e escalonada ao conjunto circundante, demonstrando igualmente certa inclinação monumental que

caracteriza as obras "modernistas" realizadas em Lisboa durante este período. Em 1939, surgem na imprensa especializada referências elogiosas e reveladoras do dualismo cumprido. "O liceu de D. Felipa de Lencastre que ocupa a parte central do Bairro Social do Arco do Cego e que serve uma larga área da cidade pertence ao número daquelas obras que o Estado Novo vem executando. Construído em moldes modernos satisfaz plenamente as necessidades quer sob o ponto de vista pedagógico, quer arquitectónico. O distinto arquitecto Jorge Segurado pos nele uma demonstração evidente do seu real talento. A fachada principal de linhas simples em que se lê o nome do liceu tem como elemento decorativo principal uma larga porta de traçado original. As fachadas laterais têm imponência pelo paralelismo opulento dos seus amplos janelões. O átrio em que o mármore tem um papel importante continua a impressão agradável que nos dá o aspecto exterior. Seguem-se largos e iluminados corredores que conduzem às salas de aula, ginásio e outras dependências", in *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação*, Abril de 1939, nº49, 3ª Série, pp. 16-18.

67 "A solução dada pelo Estado Novo ao problema das casas económicas - nunca é demais dizê-lo - constitui uma das provas mais seguras da sua política social. Não se constrói ao acaso, buscando efeitos ou adiando a solução de dificuldades. (...) As casas não se alugam, vendem-se. Repudia-se a ideia de blocos gigantescos de habitações numeradas como quartos de hotel; querem-se casas independentes, lares próprios, a cujo fogo se aqueça o amor da família e se robusteçam os laços da vida moral." Discurso proferido quando da Inauguração do Bairro do Arco do Cego em 10 de Março de 1935, In *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, Ano II, Nº 8, p. 188.

68 Salazar, in *Casas Económicas*, Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, S.1, p. 17.

69 "Os Bairros de Casas Económicas são uma das melhores expressões da política social do Estado Novo: vida nova nos aspectos espiritual e material, mas fundada na tradição e no modo de ser próprio da família portuguesa, vida nova que se vai insuflando pouco a pouco (...) Nisto como em tudo, não houve a pretensão de copiar o molde estrangeiro. Preferiu-se o de casa. Assim os grandes blocos de edifícios com muitos andares e muitas habitações...) optámos nós pela "casinha" isolada, com seu quintal e seu jardim. Em vez da propriedade arrendada a casa que ao fim de um certo tempo é propriedade da família (...) No Bairro o adquirente da moradia tem assistência médica gratuita com

consulta no posto clínico privativo e visita domiciliária. Os seus filhos não precisam de sair do bairro para frequentar a escola primária porque nestes a tem, grande, arejada, cheia de luz e flores (...) Nos bairros em construção vai ser erguida uma capela e quasi todos tem um jardim", in *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, Anoll, Nº 8, 1935, p.189.

70 Cfr. Decreto nº 23052, in *Diário do Governo*, I Série, 217, 23 de Setembro de 1933. Passou a encarar-se a habitação como posse plena.

71 Os equipamentos inicialmente previstos foram substituídos por uma Esquadra de Polícia, um arquivo da CML e duas escolas primárias.

72 Desde o princípio do seu percurso, este arquitecto que revelou o seu alinhamento e identificação com a corrente da Casa Portuguesa, o que é atestado não só pela sua participação activa desde 1915 nas Exposições da Sociedade Nacional de Belas Artes relativas a projecto-tipo para habitação, como pela edição de uma publicação relativa a essa temática intitulada *A Habitação Moderna - Casas Portuguesas*.

73 *A Habitação Moderna - Casas Portuguesas*, Lisboa, Bertrand, 1951, 2ª edição, p. 26.

74 Relatório sobre os Bairros Sociais da Comissão nomeada por portaria de 14 de Janeiro de 1922, do Ministério do Trabalho, In *Diário do Governo* nº 38, II Série, 13 de Março de 1922.

75 No relatório sobre os Bairros Sociais, elaborado por uma comissão técnica avaliadora do processo, expôs-se desta forma o estado da questão, sustentado na verificação do cumprimento das várias fases de execução do projecto. A referida comissão foi nomeada pela Portaria de 14 de Janeiro de 1922 (cf. *Diário de Governo* Nº 13, I Série, de 17 de Janeiro).

76 "Comprende l'eclectisme comme débat lié à l'existence même d'une profession permet de s'interroger de la modernité en architecture autrement qu'en termes de doctrines ou de théories, et de replacer cette question de la modernité dans la continuité des grands problèmes soulevés par la pratique et par les formes institutionnelles. En effet, ces architectes (...) que l'on regroupe facilement aujourd'hui dans une catégorie commune, n'ont jamais eu le sentiment de partager une doctrine architecturale. Ils se sont au contraire constamment affrontés et ont toujours été conscients de leurs analyses", Jean-Pierre Épron, in *Comprendre L'Éclectisme*, Paris, Norma, 1997, p. 307.